

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO: DESAFIANDO O CONHECIMENTO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E O DIÁLOGO SOCIAL

"OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO":
CHALLENGING KNOWLEDGE, EMPLOYMENT PUBLIC POLICIES AND SOCIAL DIALOGUE

**Francisco Eduardo
Beckenkamp Vargas**

*Doutor em Sociologia pela
Université de Versailles-
Saint-Quentin-En-Yveline
(França). Professor do
departamento de sociologia e
política do Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política
(IFISP) da Universidade
Federal de Pelotas (UFPel). E-
mail: fvargas@via-rs.net.*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar a recente experiência do Observatório Social do Trabalho, projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) marcado pela ação em duas dimensões principais. De um lado, no âmbito acadêmico, o Observatório procura articular ensino, pesquisa e extensão, bem como a interdisciplinaridade. De outro, no âmbito da ação propriamente extensionista, o Observatório procura fomentar o debate público, institucional e interinstitucional, bem como o diálogo social, no sentido de subsidiar e qualificar o planejamento, a ação e a avaliação de políticas públicas de trabalho e emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Depois de apresentar um balanço das atividades do Observatório, indica-se os principais avanços e as principais dificuldades desse projeto de extensão no que diz respeito aos seus objetivos. Finalmente, procura-se delinear as principais perspectivas do projeto em um contexto nacional de fomento às atividades dos observatórios do trabalho.

Palavras chave: Observatórios do Trabalho. Transformações do trabalho. Mercado de trabalho. Políticas públicas de emprego.

Abstract

This paper intends to present and analyze the recent experience of Observatório Social do Trabalho, an extension project from the Federal University of Pelotas (UFPel) marked by action in two main dimensions. On the one hand, in the academic environment, the Observatório seeks to bring together teaching, research and extension activities, as well as interdisciplinarity. On the other hand, in the field of the extension action itself, the centre tries to foster public, institutional and inter-institutional debates along with the social dialogue in order to support and qualify the planning, action and evaluation of public policies for labor and employment in the cities of Pelotas and Rio Grande. After presenting an assessment of the observatory activities, the main achievements and difficulties of this extension project in terms of its objectives are shown. Finally, it is sought to outline the main perspectives of the project in a national context of

encouragement of the activities carried out by labor market observatories.

Keywords: *labor market observatories, labor transformation, labor market, employment public policies.*

Introdução

Este trabalho pretende apresentar e analisar a breve e recente experiência do OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO (2015), projeto de extensão vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), marcado pela ação em duas dimensões principais. De um lado, no âmbito acadêmico, o Observatório procura articular ensino, pesquisa e extensão, bem como a interdisciplinaridade. De outro, no âmbito da ação propriamente extensionista, o Observatório procura fomentar o debate público, institucional e interinstitucional, bem como o diálogo social, no sentido de subsidiar e qualificar o planejamento, a ação e a avaliação de políticas públicas de trabalho e emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

O Observatório Social do Trabalho institucionaliza-se como projeto de extensão a partir de 2013, mas sua proposição e formulação já vinha sendo gestada alguns anos antes, com a criação de um Portal na internet (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2015). Seu objetivo primordial é monitorar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul que compreende os vinte e dois municípios do COREDE-Sul². Apesar da ambição de ter um alcance regional, o Observatório, estrategicamente, tem concentrado suas atividades de observação nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Isto se deve tanto à limitação de recursos materiais e humanos como à intenção de desenvolver conhecimentos e expertise a partir de uma focalização geográfica melhor operacionalizável. Além disso, os dois municípios em pauta, sendo pólos regionais, concentram a dinâmica econômica regional, permitindo monitorar com precisão os aspectos mais centrais de seu desenvolvimento.

Enfoque teórico: As transformações no mundo do trabalho

O enfoque teórico das atividades extensionistas do Observatório Social do Trabalho está balizado pelas transformações contemporâneas no mundo do trabalho que vem sendo analisadas pela sociologia do trabalho. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica ocupacional é central na estruturação das formas de integração e conflito social das sociedades modernas e contemporâneas (OFFE, 1989). A sociologia do trabalho tem trazido importantes aportes no sentido de identificar essas transformações, bem como sua importância na configuração das desigualdades e dos problemas sociais enfrentados por essas sociedades. Não só a questão do

desemprego tem ocupado um lugar central nas sociedades contemporâneas, como também a multiplicação das formas de ocupação flexíveis e precárias. A dinâmica de reestruturação do capitalismo contemporâneo, que já vem ocorrendo há mais de três décadas, provocou uma profunda transformação no chamado paradigma produtivo, consolidando não apenas uma revolução tecnológica, mas, sobretudo, uma revolução organizacional e de gestão do trabalho, além de alterar as formas de organização e regulação do próprio Estado. Um novo capitalismo, flexível, global, financeirizado, marcado pela exacerbação do individualismo, pela instabilidade econômica, psíquica e cultural, constituem a tônica dessas recentes transformações das sociedades contemporâneas.

É nesse cenário que o trabalho converte-se em um tema central de debate. Isto não só porque ele é decisivo para que os trabalhadores tenham acesso a um rendimento estável – o que é colocado em risco pelo desemprego, pela precariedade do trabalho – mas também porque o trabalho se constitui, frequentemente, em um elemento cultural fundamental na construção da identidade social, individual ou coletiva. O trabalho esteve no centro também das formas de integração produzidas pela chamada sociedade salarial (CASTEL, 2001), na qual um Estado de bem estar social foi o pivô das modalidades dominantes de solidariedade social (ROSANVALLON, 1995). O avanço da precariedade do trabalho tem se traduzido também na precarização das formas institucionais de proteção através dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Todo esse sistema está em xeque a partir das transformações do capitalismo contemporâneo observadas nas últimas décadas.

No Brasil, o problema torna-se ainda mais delicado, visto que a esse processo mais recente de reestruturação capitalista e precarização do trabalho soma-se um processo histórico anterior de precariedade estrutural do trabalho. A expansão do capitalismo industrial no Brasil foi marcada por uma extensão limitada do trabalho assalariado protegido e por um forte crescimento das formas de trabalho não assalariadas ou assalariadas não protegidas, o que confere ao mundo do trabalho uma forte heterogeneidade (BARBOSA, 2008; CARDOSO, 2010).

Nos anos noventa, com o avanço do processo de reestruturação produtiva, de reforma do Estado, enfim, de avanço das políticas liberalizantes, o mercado de trabalho passa por um forte processo de desestruturação, crescendo o desemprego aberto e as formas de ocupação informais e precárias (POCHMANN, 2002). Já nos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico e com a proposição de uma nova geração de políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, esse quadro se altera significativamente: o mercado de trabalho volta a se estruturar novamente, o desemprego diminui sensivelmente, bem como as formas de trabalho informais e precárias.

É nesse novo contexto, de melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, que surge a

proposta do Observatório Social do Trabalho. Tinha-se como alvo analisar o impacto das novas políticas de desenvolvimento para o país, particularmente aquelas que passaram a afetar a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se, nesse caso, a formação do pólo naval de Rio Grande, bem como o conjunto de investimentos realizados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre tantos outros investimentos públicos (REUNI, etc.).

Aspectos metodológicos

Pretende-se, pois, fazer um balanço das atividades do Observatório nestes últimos anos, tendo em vista seus próprios objetivos de monitorar o mercado de trabalho local, de fomentar o debate público e subsidiar as políticas públicas de emprego, bem como de integrar as atividades acadêmicas nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A fim de realizar esse balanço, propõe-se uma série de procedimentos metodológicos. Primeiramente, pretende-se recuperar, brevemente, as experiências de Observatórios do Trabalho no Brasil no período recente, na tentativa de avaliar seu papel social e institucional. Esse procedimento é realizado através de material bibliográfico e de fontes documentais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No Brasil, o DIEESE tem sido a instituição chave na implementação e no apoio às experiências de observatórios do trabalho.

Num segundo momento, pretende-se apresentar as principais ações do Observatório Social do Trabalho tanto na dimensão propriamente acadêmica como na relação com os parceiros externos, principalmente as instituições públicas que lidam com a questão do trabalho em Pelotas e Rio Grande. Metodologicamente, trata-se, neste caso, de um relato de experiências. Finalmente, nas conclusões, pretende-se projetar as perspectivas do Observatório da UFPel no contexto nacional, na medida em que o Ministério do Trabalho e Previdência Social vem tentando delinear políticas específicas de apoio aos observatórios do trabalho. Pretende-se, ainda, indicar algumas perspectivas de ação em nível local, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito das políticas públicas e suas instituições.

As experiências dos Observatórios do Trabalho

No Brasil, os observatórios do trabalho surgem no final dos anos noventa e início dos anos 2000, no sentido de contribuir para o enfrentamento dos dilemas de uma mercado de trabalho em crise (OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO, 2002). Em sua maior parte, esses observatórios estavam e estão diretamente ligados às secretarias estaduais e municipais de

trabalho e emprego, constituindo-se, diretamente, como ferramentas para subsidiar os gestores na tomada de decisões. O DIEESE (2015) tem tido um papel fundamental na estruturação e apoio a esses observatórios³. A situação do Observatório Social do Trabalho da UFPel e de outros observatórios ligados a universidades é bem diferente dessas experiências diretamente ligadas às políticas públicas. Nascidos no ambiente acadêmico, esses observatórios universitários têm apresentado características e problemas específicos, principalmente ligados à preocupação com a produção de conhecimentos (desarticulados com as políticas públicas) e com fortes limitações em termos de dotações de recursos, principalmente de pessoal especializado. Esses observatórios têm funcionado principalmente com o apoio de bolsistas em âmbito institucional, não apresentando recursos orçamentários e estruturas de funcionamento próprias.

Este é o caso do Observatório Social do Trabalho do IFISP/UFPel. Depois de sua formação e, sobretudo, a partir de sua consolidação como projeto de extensão institucionalizado, suas ações se concentraram na tentativa de consolidar uma competência metodológica de análise e interpretação dos principais indicadores locais de mercado de trabalho. A partir das principais fontes estatísticas brasileiras, realizou-se um conjunto de pesquisas visando à consolidação de um banco de dados, acessível no portal do Observatório na internet⁴, e de um boletim informativo sobre a conjuntura do emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Apesar das limitações das fontes de dados sobre mercado de trabalho em nível local, explorou-se vastamente as fontes disponíveis: tanto os censos demográficos realizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da ferramenta SIDRA⁵, como as fontes administrativas do Ministério do Trabalho e Previdência Social: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), também disponíveis no portal do Ministério⁶.

O boletim informativo sobre a conjuntura do emprego em Pelotas e Rio Grande, publicado mensalmente desde o final de 2012⁷, utiliza dados do CAGED para monitorar as variações sazonais do emprego formal nesses dois municípios. Tais análises procuram captar tanto a variação absoluta e relativa do emprego total e setorial através dos saldos do CAGED (diferença entre o volume de admissões e desligamentos), como a estrutura setorial do emprego formal, revelando o peso dos diversos setores da atividade econômica. Esse boletim está em fase de reavaliação da estrutura de apresentação dos dados, com o intuito de facilitar a leitura dos mesmos por leigos.

Durante estes dois últimos anos, também foram produzidos relatórios e artigos analisando a evolução do mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande através da análise dos

censos demográficos do IBGE. Esses relatórios e artigos (VARGAS, 2014) estão disponíveis no portal do observatório.

Através do contato e parceria com várias instituições públicas ligadas ao mundo do trabalho, também procurou-se levantar e publicar outros indicadores como, por exemplo, os indicadores de intermediação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e os indicadores de acidentes de trabalho do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Ainda não se conseguiu organizar e publicar os indicadores do Ministério da Previdência Social sobre a concessão de benefícios acidentários e de doença profissional, mas análises preliminares já foram realizadas a esse respeito.

Em função da desarticulação das políticas públicas de emprego, bem como devido à inexistência de comissões municipais de emprego e de secretarias municipais especializadas na área de trabalho e emprego⁸, o Observatório não conseguiu avançar no sentido de produzir subsídios efetivos aos gestores na análise e avaliação dessas políticas em âmbito municipal, uma vez que as mesmas são, com freqüência, pensadas como o resultado de políticas mais amplas de desenvolvimento local e regional. As diversas instituições públicas que atuam na área de trabalho e emprego também não conseguem dialogar e estabelecer um debate sobre suas ações. Neste sentido, as ações do Observatório pouco avançaram nessa direção. Conseguiu-se, apenas, estabelecer uma cooperação inicial com algumas instituições no sentido de facilitar a busca de informações e sua publicação no portal do Observatório. Criou-se, também, um espaço de reflexão no âmbito acadêmico no qual vem se discutindo a ação de algumas dessas instituições, destacando-se, nesse particular, a participação do SINE/Pelotas, do Ministério Público do Trabalho e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)⁹.

No âmbito propriamente acadêmico, além da atividade de extensão acima referida, conseguiu-se estabelecer uma conexão ainda incipiente, mas consistente, com o ensino de graduação, ocorrida, principalmente, através das atividades de uma disciplina optativa do Curso de Ciências Sociais¹⁰. No âmbito da pesquisa acadêmica, observa-se o maior avanço das atividades do Observatório, na medida que em torno de suas atividades vários trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso) e artigos foram elaborados e publicados. Nesse sentido, o Observatório está inserido numa rede de pesquisa, ainda embrionária, mas que reúne vários professores do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel e uma parceria com o Núcleo de Análises Urbanas (NAU), ligado à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Destaca-se, neste sentido, vários trabalhos acadêmicos que têm procurado analisar o impacto do setor naval sobre o trabalho e o mercado de trabalho local¹¹.

Finalmente, cabe registrar que no ano de 2015 foi dado um passo decisivo no sentido de aproximar as atividades do Observatório com as políticas públicas de emprego em âmbito local.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social, em conjunto com o DIEESE, convocou duas oficinas e um seminário nacional destinado a discutir e formar uma rede nacional de observatórios do trabalho. Nessas oficinas e seminário foram realizados diagnósticos das atividades e experiências dos observatórios existentes no país, bem como tirados encaminhamentos visando à estruturação da rede de observatórios que terá como objetivo fomentar a formação e consolidação de observatórios locais, bem como ampliar o debate público e o diálogo social entre gestores, trabalhadores e empregadores. A rede também visará estimular a reflexão teórica e o debate metodológico visando qualificar os observatórios locais na análise do mercado de trabalho e na avaliação e formulação de políticas públicas.

Por iniciativa do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, órgão vinculado à secretaria de políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho e Previdência Social, foi proposto, também, um projeto de cooperação técnica com cinco universidades federais brasileiras visando estimular e consolidar a formação de observatórios locais de trabalho. Esses convênios foram assinados no final de 2015 e os projetos estão sendo executados com o apoio financeiro do Ministério. A primeira etapa do plano de trabalho desses convênios está em fase de implantação. Equipes técnicas de trabalho estão sendo recrutadas e iniciando suas atividades. Está em curso, igualmente, a elaboração do plano metodológico que será executado por essas equipes visando não só analisar os mercados locais de trabalhos, como apresentar e discutir a realidade desses mercados com os gestores públicos, sindicalistas e organizações patronais¹². Trata-se, pois, de um projeto ainda em fase embrionária, de formatação de sua metodologia de trabalho, mas que apresenta uma perspectiva concreta de estreitamento dos laços entre algumas universidades – entre as quais a UFPel, através do Observatório Social de Trabalho – e os gestores locais de políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Conclusão

O impacto positivo mais importante do Observatório Social do Trabalho, até o presente momento, tem se dado no âmbito propriamente acadêmico, na medida em que este projeto tem colaborado para colocar e manter a temática do trabalho na agenda de pesquisa, estimulando os alunos e professores a investigarem e a se dedicarem aos estudos do trabalho focalizados no âmbito regional.

As principais dificuldades e limitações do Observatório Social do Trabalho se manifestam no âmbito propriamente exterior ao ambiente acadêmico, face não só à precariedade das políticas públicas de emprego e ao frágil debate público e diálogo social sobre o tema trabalho, como também à limitação de recursos para ampliar suas ações. Nesse sentido, duas dimensões

devem ser priorizadas nas ações futuras do Observatório.

De um lado, no âmbito interno, precisa-se ampliar as parcerias acadêmicas que podem propiciar não apenas um maior volume de atividades na área, mas também um rico diálogo interdisciplinar. A qualificação do Observatório é possível através da participação de diversas áreas acadêmicas, dentro ou fora das ciências sociais, como as áreas de jornalismo (qualificação da comunicação social), matemática e estatística (qualificação do tratamento das bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho), gestão pública e administração (qualificação da intervenção junto às instituições públicas), direito (qualificação da pesquisa e do debate no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas), psicologia e terapia ocupacional (qualificação da intervenção no âmbito da questão da saúde no trabalho), além das áreas tradicionais das ciências sociais (ciência política e antropologia), com as quais as parcerias podem ser intensificadas, visando qualificar a intervenção no âmbito das políticas públicas de emprego.

De outro lado, no âmbito externo, e dotado de recursos suficientes, o Observatório pode ampliar suas ações tanto no sentido de estreitar os laços e parcerias com os atores e instituições ligados ao mundo do trabalho, como no sentido de ampliar a produção de conhecimentos acadêmicos que sirvam também para subsidiar a ação dos gestores. Neste sentido, um importante passo foi dado nessa direção através do termo de cooperação técnica firmado entre algumas universidades públicas e o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os próximos passos na execução desse projeto envolvem a elaboração do desenho metodológico das atividades de observação, o que já poderá implicar um diálogo inicial com os gestores das políticas públicas. As experiências desses gestores constituem um importante repositório de conhecimento não só sobre o funcionamento do mercado de trabalho, mas também sobre a estrutura e funcionamento das políticas públicas e seus problemas. Além disso, essa aproximação também implicará o estímulo à dimensão essencial do diálogo social, que envolve tanto os trabalhadores como com os empregadores. Trabalhadores e empregadores também apresentam, a partir de suas experiências, um conjunto de vivências e conhecimentos fundamentais para a compreensão do mercado de trabalho e para a qualificação das políticas públicas. Nesse contexto, estabelece-se o quadro ideal a partir do qual as atividades do Observatório tornam-se relevantes, na medida em que todos os atores envolvidos no processo conseguem efetivar um diálogo capaz de construir convergências e superar conflitos. Assim, as atividades do Observatório Social do Trabalho podem se converter em um importante pilar na ampliação do debate público e do diálogo social para o enfrentamento dos dilemas apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade e, particularmente, no Brasil.

Referências

- BARBOSA, A.F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SocioEconômicos. **Observatórios do Trabalho**. Acessado em: 15 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/obsApresentacao.html>
- FABRES, Ana Cristina P. **Indústria Naval de Rio Grande. Modelo de Trabalhadores da Base Produtiva**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Sociais Bacharelado. IFISP/UFPel. Pelotas: 2013.
- MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C. & TOGEIRO, T. **Caracterização socioeconômica e política dos municípios de Pelotas e de Rio Grande**. In: MOLIN, N. & FIGUEIREDO, C.A.S.(Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande*. Porto Alegre: Cirkula, 2014.
- OBSERVATÓRIOS DO TRABALHO. **Pesquisa Social para Políticas Públicas. I Seminário Internacional**. Exposição e Debates [Anais]. Porto Alegre: Armazém Digital, 2002.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. Portal na internet. Acessado em: 15 de julho de 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica chave? In: OFFE, C. (Org). **Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Vol. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. Portal na internet. Disponível em: [http://www.pelotas.com.br/cadastropublico/index.html?id_tipo_secretaria\[\]=5&id_tipo_secretaria\[\]=2&id_tipo_secretaria\[\]=6](http://www.pelotas.com.br/cadastropublico/index.html?id_tipo_secretaria[]=5&id_tipo_secretaria[]=2&id_tipo_secretaria[]=6). Acessado em: 15 de julho de 2015.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ROSANVALLON, P. **La nouvelle question sociale**. *Repenser l'Etat-providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Acessado em: 15 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>
- VARGAS, F. **Emprego e Desenvolvimento Regional: contornos de uma questão social**. Revista da ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, LTr. v. XI, n. 2, jul/dez de 2012.
- VARGAS, F. **Desenvolvimento e Desigualdades de Gênero: As Transformações do Mercado de Trabalho em Pelotas e Rio Grande**. In: MOLIN, N. & FIGUEIREDO, C.A.S.(Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande*. Porto Alegre: Cirkula, 2014.
- VARGAS, F., FABRES, Ana C. **Mercado de Trabalho e Relações de Gênero em um Contexto de Desenvolvimento Regional: O Caso do Polo Naval de Rio Grande-RS**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 39, 2015. Anais... Caxambu-MG: 26 a 30 de outubro de 2015.
- VARGAS, F., FABRES, Ana C., SALVADOR, B. **Flexibilidade Produtiva na Indústria Naval de Rio Grande-RS: Novas e Velhas Formas de Trabalho**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 17, 2015. Anais... Porto Alegre-RS: 20 a 23 de julho de 2015.

Apêndice¹³

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme a Tabela 1, durante a fase de implantação da indústria naval de Rio Grande e de construção e montagem das primeiras plataformas petrolíferas, o estoque de empregos formais no município cresceu de 35.093, em 2006, para 56.870, em 2014.

Houve um incremento absoluto de 21.777 novos vínculos empregatícios durante esse período, o que corresponde a um crescimento relativo de 62,1%, ou seja, a uma taxa média anual de 7,8%. Apesar desse alto e expressivo crescimento do emprego formal, ele esteve apenas um pouco acima das médias de crescimento nacional, estadual e do município de Pelotas, vizinho ao município de Rio Grande e um dos pólos econômicos regionais¹⁴.

A indústria de transformação foi o setor que apresentou o maior crescimento em termos absolutos durante esse período, o estoque de empregos formais passando de 5.423, em 2006, para 13.992, em 2014. Foram criados 8.569 novos empregos, o que corresponde a um aumento de 158%. Observa-se, igualmente, através da Tabela 1, que a participação da indústria de transformação na estrutura do emprego no município de Rio Grande cresce significativamente durante esse período. De 15,5%, em 2006, esse segmento passa a representar 24,6% do total dos empregos formais em 2014.

Vale ressaltar, ainda, no âmbito da indústria, o importante crescimento da construção civil nesse período, setor bastante impactado pela implantação do pólo naval. Os dados da Tabela 1 não mostram o alcance desse crescimento, pois 2014 foi um ano de refluxo das atividades desse setor. Até esse ano, a taxa de crescimento do emprego formal foi de 66,2%. Logo, apenas um pouco acima da média geral do período (62,1%). No entanto, se tomarmos como base o ano de 2013, observa-se um crescimento impressionante. Entre 2006 e 2013, a taxa de crescimento dos empregos formais na construção civil foi de 233,8%, atingindo um estoque de 3.765 vínculos em 2013. A participação relativa da construção civil no estoque total de empregos formais passou de 3,2%, em 2006, para 6,7%, em 2013, caindo novamente para 3,3% em 2014.

Através da Tabela 1, observa-se, ainda, que o forte crescimento do emprego industrial no período analisado deve-se, principalmente, à expansão do setor de construção de embarcações¹⁵ (pólo naval). Conforme os dados da RAIS, de 2006 a 2014, o estoque de empregos formais nesse segmento cresceu de 71 para 7.479, uma variação absoluta de 7.408 postos de trabalho e um aumento percentual de 10.433,8%. A participação do setor de construção de embarcações na indústria de transformação passou de 1,3%, em 2006, para 53,5%, em 2014, perfazendo mais da metade dos postos de trabalho desse setor. Já a participação do setor naval no estoque total de empregos do município de Rio Grande passou de 0,2%, em 2006, para 13,2%, em 2014.

Portanto, o conjunto das atividades industriais teve um crescimento impressionante durante o período, sua participação na estrutura do emprego passando de 20,2%, em 2006, para 29,6%, em 2014. Registraram-se 9.736 novos vínculos empregatícios, o que corresponde a um crescimento relativo de 137,4%.

O conjunto das atividades de serviços também teve um forte crescimento durante o período, principalmente em termos absolutos, pois o volume de empregos criados supera aquele do conjunto do setor industrial. O estoque de empregos passou de 27.194, em 2006, para 39.103, em 2014. Portanto, foram criados, nesse período, 11.909 novos vínculos empregatícios. Tal performance, no entanto, é menos impactante em termos relativos, a taxa de crescimento atingindo 43,8%, bem abaixo da média geral. De fato, devido ao forte crescimento do emprego industrial, o conjunto das atividades de serviços perde participação relativa na estrutura do emprego do município, caindo de 77,5%, em 2006, para 68,8%, em 2014. Ainda assim, as taxas de participação são bastante elevadas, o que revela a enorme importância desse setor na dinâmica local do mercado de trabalho. Vale ressaltar, ainda, que muitos desses empregos têm relação direta com o setor naval, uma vez que as empresas industriais do pólo subcontratam diretamente um conjunto de atividades de serviços, tais como alimentação, limpeza, vigilância, dentre outras. A terceirização dessas atividades consideradas periféricas repercute, pois, diretamente sobre o conjunto do setor de serviços no município de Rio Grande¹⁶.

Tabela 1 – Evolução do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, por setor da atividade econômica, participação relativa e variação absoluta e relativa, Rio Grande-RS, 2006-2014.

Setores IBGE	2006		2014		Var. Abs.	Var. Rel. (%)
	Emp.	Part. (%)	Emp.	Part. (%)		
Extração Mineral	56	0,2	233	0,4	177	316,1
Ind. de Transform.	5.423	15,5	13.992	24,6	8.569	158,0
Construção de Embarcações (*)	71	0,2	7.479	13,2	7.408	10.433,8
Construção Civil	1.128	3,2	1.875	3,3	747	66,2
Serv. Ind. Util. Púb.	480	1,4	723	1,3	243	50,6
Total Indústria	7.087	20,2	16.823	29,6	9.736	137,4
Comércio	7.606	21,7	11.792	20,7	4.186	55,0
Serviços	13.111	37,4	21.488	37,8	8.377	63,9
Adm. Pública	6.477	18,5	5.823	10,2	654	10,1
Total Serviços	27.194	77,5	39.103	68,8	11.909	43,8
Agropecuária	812	2,3	944	1,7	132	16,3
TOTAL	35.093	100,0	56.870	100,0	21.777	62,1

Elaborado pelos autores.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

* Segundo a CNAE 2.0

Grupos.

Através dos dados acima apresentados e analisados, constata-se, pois, que a indústria naval teve um forte impacto sobre o mercado local de trabalho, provocando um forte crescimento da participação absoluta e relativa do emprego industrial no estoque total de empregos e um importante deslocamento na estrutura setorial do emprego. Nem por isso, as atividades de serviços deixaram de ter um papel fundamental no mercado de trabalho, uma vez que quase 70% dos empregados estão vinculados a esse setor. Essa constatação tem importantes conseqüências quando se analisa o perfil da classe trabalhadora, suas condições ocupacionais e sua relação subjetiva com o trabalho. Nesse caso, as peculiaridades das atividades de serviços devem ser diretamente levadas em consideração.

Notas

² A região geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul (COREDE-Sul) abrange vinte e dois municípios. Além de Pelotas e Rio Grande, municípios pólos, essa região abrange, ainda, os seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu. Para maiores detalhes sobre essa região ver: VARGAS, 2012; MOLIN, FIGUEIREDO & TOGEIRO, 2014; OBSERVATÓRIO SOCIAL DOTRABALHO, 2015.

³ Atualmente, estão em funcionamento, no Brasil, sob o apoio do DIEESE, onze Observatórios do Trabalho, quatro ligados a Secretarias estaduais e sete ligados a secretarias municipais do trabalho e emprego (DIEESE, 2015).

⁴ A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

⁵ Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Esse sistema, acessível no Portal do IBGE, permite fazer levantamentos de dados nas mais diversas áreas e temas, possibilitando ao pesquisador selecionar variáveis e montar tabelas, automaticamente, segundo suas necessidades (SIDRA, 2015).

⁶ A título de exemplo de análise de mercado local de trabalho, utilizando as bases de dados administrativas do Ministério do Trabalho e Previdência Social, tal como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ver, ao final, o Apêndice deste artigo.

⁷ A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/boletim-informativo/>

⁸ O município de Pelotas não possui uma secretaria especializada em políticas de trabalho e emprego, apenas secretarias de desenvolvimento, quais sejam: "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo" e "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural", além da "Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança", que trata da assistência social no município (PELOTAS, 2015). Já o município de Rio Grande possui uma secretaria especializada que inclui tanto a questão do desenvolvimento como a questão do emprego, denominada "Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda". No entanto, na descrição das atribuições dessa secretaria consta que ela "tem por finalidade o planejamento, a proposição, a articulação, a coordenação, a execução e a avaliação das políticas municipais voltadas ao desenvolvimento da indústria, do comércio, da prestação de serviço, da ciência e tecnologia, do emprego e renda no âmbito local e, de forma integrada, regional, valendo-se da criatividade, da inovação e do planejamento estratégico" (RIO GRANDE, 2015). Aparentemente, a questão do emprego aparece subsumida à questão do desenvolvimento, algo muito comum nos discursos políticos dominantes.

⁹ Em 2014, entre 14 de outubro e 04 de novembro, promoveu-se um Ciclo de Debates intitulado "As Transformações do Trabalho na Região Sul do RS e o Papel das Instituições Públicas", dele participando as instituições acima referidas.

¹⁰ Trata-se, neste caso, das disciplinas optativas denominadas "Trabalho, Sociedade e Desigualdades I e II", nas quais são trabalhados conteúdos de sociologia do trabalho voltados para a pesquisa sobre mercado de trabalho e políticas de emprego. Vale salientar que, nestas disciplinas, são amplamente apresentadas, discutidas e utilizadas as bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho no Brasil.

¹¹ VARGAS, F.; FABRES, Ana Cristina (2015); VARGAS, F., FABRES, Ana C., SALVADOR, B. (2015); VARGAS, F. (2014); FABRES, Ana Cristina (2013).

¹² Cada uma das universidades públicas envolvidas no convênio, em diferentes Estados da federação, deverá desenvolver análises de mercados locais de trabalho, num total de cinco municípios mais o próprio Estado. As universidades que mantêm convênio com o Ministério do Trabalho e Previdência Social são as seguintes: Universidade Federal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pernambuco, Estado de Pernambuco; Universidade Federal de Campina Grande, Estado da Paraíba; Universidade Federal do Maranhão, Estado do Maranhão; e Universidade Federal do Pará, Estado do Pará.

¹³ Texto extraído do artigo Vargas, F. & Fabres, Ana C. (2015) e que serve como exemplo de monitoramento de mercados locais de trabalho.

¹⁴ No Brasil, a taxa de crescimento do emprego formal, nesse mesmo período, foi de 4,1%, o que corresponde a uma média de 5,1% ao ano. Já no Estado do Rio Grande do Sul, essa taxa foi de 34%, isto é, 4,2% ao ano. Em Pelotas, essa taxa de crescimento do emprego formal foi de 44,2%, o que corresponde a uma média de 5,5% ao ano.

¹⁵ Categoria setorial definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, Grupo 301.

¹⁶ A esse propósito, é importante observar que a participação do conjunto das atividades de serviços (aí incluído o comércio) no estoque total de empregos formais mostra-se bastante alta no Brasil, segundo a RAIS. Ela atinge 73,4% em 2014. Nesse mesmo ano, no Rio Grande do Sul, essa participação é de 68,1% e em Pelotas de 79,7%.